

Paulo VI

“Populorum Progressio” — carta encíclica sobre o desenvolvimento dos povos

A encíclica Populorum Progressio, dirigida pelo Papa Paulo VI aos bispos, aos padres, aos religiosos, aos fiéis e a todos os homens de boa vontade e datada de 26 de Março de 1967, constitui o primeiro documento dessa natureza inteiramente dedicado aos problemas do desenvolvimento económico e social. Dada a sua inegável importância, pareceu oportuno arquivá-lo nas páginas desta revista. A tradução portuguesa que a seguir se apresenta, foi efectuada no Gabinete sobre a versão oficial em francês, publicada pela Santa-Sé. Aproveitou-se, todavia, quanto possível, a versão não-oficial em português dos serviços do Vaticano.

INTRODUÇÃO

A QUESTÃO SOCIAL É HOJE MUNDIAL

Desenvolvimento dos povos

1. O desenvolvimento dos povos — muito especialmente daqueles que se esforçam por escapar à fome, à miséria, às doenças endémicas, à ignorância; que procuram uma participação mais larga nos frutos da civilização, um aproveitamento mais activo das suas qualidades humanas; que se orientam decididamente para a sua plena realização — é seguido com atenção pela Igreja. Depois do Segundo Concílio Ecuménico do Vaticano, uma tomada de consciência renovada das exigências da mensagem evangélica cria à Igreja o dever de se pôr ao serviço dos homens para os ajudar a apreen-

todas as dimensões deste grave problema e para os convencer da urgência de uma acção solidária, nesta viragem decisiva da História da Humanidade.

Ensino social dos Papas

2. Nas suas grandes encíclicas — *Rerum Novarum*¹ de Leão XIII, *Quadragesimo Anno*² de Pio XI, *Mater et Magistra*³ e *Pacem in Terris*⁴ de João XXIII, além das mensagens de Pio XII⁵ ao mundo —, os nossos predecessores não deixaram de cumprir o dever que lhes incumbia de projectar sobre as questões sociais do seu tempo a luz do Evangelho.

O facto principal

3. Hoje, o facto principal de que todos devem tomar consciência é que a questão social se tornou mundial. Claramente o disse João XXIII⁶, e o Concílio fez-lhe eco com a Constituição pastoral sobre a *Igreja no mundo do nosso tempo*⁷. Este ensino é grave e a sua aplicação, urgente. Os povos da fome interpelam hoje, de modo dramático, os povos da opulência. A Igreja sobressalta-se perante este grito de angústia e chama cada um a responder com amor ao apelo de seu irmão.

As Nossas viagens

4. Antes da Nossa elevação ao Sumo Pontificado, duas viagens, uma à América Latina (1960), outra à África (1962), puseram-Nos em contacto directo com os lancinantes problemas que oprimem continentes inteiros, cheios de vida e de esperança. Revestido da paternidade universal, foi-Nos possível, por ocasião de novas viagens à Terra Santa e à Índia, ver com os Nossos próprios olhos e como que tocar com as Nossas próprias mãos as gravíssimas dificuldades que assoberbam povos de antiga civilização enfrentados com o problema do desenvolvimento. Enquanto decorria em Roma o Segundo Concílio Ecuménico do Vaticano, circunstâncias providenciais levaram-Nos a dirigir-Nos pessoal-

¹ Cf. *Acta Leonis XIII*, t. XI (1892), pp. 97-148.

² Cf. AAS 23 (1931), pp. 177-228.

³ Cf. AAS 53 (1961), pp. 401-464.

⁴ Cf. AAS 55 (1963), pp. 257-304.

⁵ Cf. principalmente Rádio-Mensagem de 1 de Junho 1941 no 50.º aniversário da *Rerum Novarum*, AAS 33 (1941), pp. 195-205; Rádio-Mensagem do Natal 1942, AAS 35 (1943), pp. 9-24; Alocução a um grupo de operários no aniversário da *Rerum Novarum*, 14 de Maio 1953, AAS 45 (1953), pp. 402-408.

⁶ Cf. Encíclica *Mater et Magistra*, 15 de Maio 1961, AAS 53 (1961), p. 440.

⁷ *Gaudium et Spes*, n.º 63-72, AAS 58 (1966), pp. 1084-1094.

mente à Assembleia Geral das Nações Unidas: diante deste vasto areópago, fizemo-Nos o advogado dos povos pobres.

Justiça e paz

5. Por fim, muito recentemente e no desejo de corresponder ao voto do Concílio e de concretizar a contribuição da Santa-Sé para esta grande causa dos povos em vias de desenvolvimento, julgá-mos ser Nosso dever criar, entre os organismos centrais da Igreja, uma comissão pontificia encarregada de «suscitar em todo o povo de Deus o pleno conhecimento da missão que os tempos actuais reclamam dele, de maneira a promover o progresso dos povos mais pobres, a favorecer a justiça social entre as nações, a oferecer às que se encontram menos desenvolvidas um auxílio, de maneira que possam prover, por si próprias e para si próprias, ao seu progresso»⁸: *Justiça e paz* é o seu nome e o seu programa. Pensamos que este mesmo programa pode e deve reunir, com os Nossos filhos católicos e irmãos cristãos, os homens de boa vontade. Por isso, é a todos que hoje dirigimos este apelo solene a uma acção concertada para o desenvolvimento integral do Homem e para o desenvolvimento solidário da Humanidade.

1.ª PARTE

PARA UM DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO HOMEM

I. Os dados do problema

Aspirações dos homens

6. Serem libertos da miséria; encontrarem mais seguramente a subsistência, a saúde, emprego estável; participarem mais nas responsabilidades, livres de toda a opressão e ao abrigo de situações que ofendam a sua dignidade de homens; terem acesso a maior instrução; numa palavra, fazerem, conhecerem e terem mais, para serem mais: tal é a aspiração dos homens de hoje; e no entanto, um grande número deles estão condenados a viver em condições que tornam ilusório este legítimo desejo. Além disso, os povos que só há pouco adquiriram a independência nacional, sentem a necessidade de acrescentar à liberdade política um crescimento autónomo e digno, tanto social como económico. a fim de garantirem aos cidadãos o seu pleno desenvolvimento humano e de tomarem o lugar que lhes cabe no concerto das nações.

⁸ Motu Proprio *Catholicam Christi Ecclesiam*, 6 de Janeiro 1967, AAS 59 (1967), p. 27.

7. Diante da amplitude e urgência da obra a realizar, os meios recebidos do passado, apesar de insuficientes, não faltam por completo. Sem dúvida, tem de reconhecer-se que as potências colonizadoras se moveram frequentemente pelo seu próprio interesse, pelo poder ou pela glória, e que a sua partida legou, em certos casos, uma situação económica vulnerável, ligada, por exemplo, ao rendimento de uma só cultura sujeita a bruscas e consideráveis variações de cotação. Mas, embora reconhecendo os graves defeitos de certo colonialismo e das suas consequências, não podemos deixar, ao mesmo tempo, de prestar homenagem às qualidades e às realizações daqueles colonizadores que levaram a ciência e a técnica a tantas regiões deserdadas e nelas deixaram excelentes efeitos da sua presença. Por muito incompletas que sejam, subsistem as estruturas que fizeram recuar a ignorância e a doença, estabeleceram comunicações úteis e melhoraram as condições de existência.

Desequilíbrio crescente

8. Dito e reconhecido isto, não se pode, porém, duvidar de que esse equipamento é notoriamente insuficiente para enfrentar a dura realidade da economia moderna. Entregue a si mesmo, o seu mecanismo arrasta o mundo para o agravamento e não para a atenuação da disparidade entre os níveis de vida: os povos ricos beneficiam de um crescimento rápido, enquanto os pobres se desenvolvem lentamente. O desequilíbrio aumenta: alguns produzem em excesso géneros alimentícios que faltam cruelmente a outros, e estes últimos vêem as suas exportações tornar-se incertas.

Maior tomada de consciência

9. Simultaneamente, os conflitos sociais alargaram-se às dimensões do mundo. A viva inquietação que se apoderou das classes pobres nos países em vias de industrialização atinge agora aqueles cuja economia é quase exclusivamente agrária: também os camponeses tomam consciência da sua *miséria imerecida*⁹. Acresce o escândalo de desigualdades clamorosas, não só no gozo dos bens, como ainda no exercício do poder. Em certas regiões, enquanto uma oligarquia desfruta de uma civilização requintada, o resto da população, pobre e dispersa, encontra-se «privada de quase toda a possibilidade de iniciativa pessoal e de responsa-

⁹ Encíclica *Rerum Novarum*, 15 de Maio 1891, *Acta Leonis XIII*, t. XI (1892), p. 98.

bilidade, e mesmo frequentemente colocada em condições de vida e de trabalho indignas da pessoa humana»¹⁰.

Choque das civilizações

10. Além disso, o choque entre as civilizações tradicionais e as inovações da civilização industrial, rompe as estruturas que não se adaptam ao novo condicionalismo. Embora por vezes rígido, o quadro dessas estruturas constituía o indispensável apoio da vida pessoal e familiar, ao qual os mais velhos permanecem ligados, enquanto os jovens lhe escapam, como de um obstáculo inútil, a fim de se voltarem avidamente para novas formas de vida social. O conflito das gerações agrava-se, assim, com um trágico dilema: ou conservar instituições e crenças ancestrais, mas renunciando ao progresso; ou abrir-se às técnicas e civilizações vindas do exterior, mas rejeitando, com a herança do passado, toda a sua riqueza humana. Na realidade, os suportes morais, espirituais e religiosos tradicionais cedem demasiadas vezes, sem deixarem, apesar disso, garantida a inserção no mundo novo.

Conclusão

11. Numa tal desorientação, mais violenta se torna a tentação que pode arrastar a messianismos que, embora promissores, edificam ilusões. Quem não vê os riscos, daí resultantes, de reacções populares violentas, de perturbações insurreccionais e de resvalamento para ideologias totalitárias? Tais são os dados do problema, cuja gravidade a ninguém escapa.

II. A Igreja e o desenvolvimento

Obra dos missionários

12. Fiel ao ensino e ao exemplo do seu divino Fundador, que dava como sinal da sua missão o anúncio da Boa-Nova aos pobres¹¹, a Igreja não descurou a promoção humana dos povos a quem levava a fé em Cristo. Os seus missionários não construíram apenas igrejas, mas também asilos e hospitais, escolas e universidades. Ensinando aos autóctones a maneira de tirar o melhor partido dos seus recursos naturais, protegeram-nos, com frequência, da cobiça dos estrangeiros. Sem dúvida, a sua obra, pelo que tinha de humano, não foi perfeita, e alguns misturaram por vezes muito das maneiras de pensar e de viver dos seus países de origem, com a pregação da autêntica mensagem evangélica.

¹⁰ *Gaudium et Spes*, n.º 63, § 3.

¹¹ Cf. *Luc*, VII, 22.

Mas também souberam cultivar e promover as instituições locais. Em muitas regiões, figuraram entre os pioneiros do progresso material e da elevação cultural. Basta lembrar o exemplo do Padre Charles de Foucauld, que foi julgado digno de ser chamado, pela sua caridade, o «Irmão universal», e que redigiu um precioso dicionário da língua tuaregue. Sentimo-Nos na obrigação de prestar homenagem a estes precursores, tantas vezes ignorados, a quem a caridade de Cristo impelia, assim como aos seus émulos e sucessores, que ainda hoje continuam a servir, generosa e desinteressadamente, aqueles que evangelizam.

Igreja e mundo

13. Mas, doravante, as iniciativas locais e individuais já não bastam. A situação presente do mundo exige uma acção de conjunto a partir de uma visão clara de todos os aspectos económicos, sociais, culturais e espirituais. Perita em humanidade, a Igreja, sem pretender de modo algum imiscuir-se na política dos Estados, «tem apenas um fim em vista: continuar, sob o impulso do Espírito consolador, a própria obra de Cristo, vindo ao mundo para dar testemunho da Verdade, para salvar, não para condenar, para servir, não para ser servido»¹². Fundada para instaurar desde este mundo o reino dos céus e não para conquistar um poder terrestre, ela afirma claramente que os dois domínios são distintos, como são soberanos os dois poderes, eclesiástico e civil, cada um na sua ordem¹³. Porém, vivendo na História, deve «percrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho»¹⁴. Comungando nas melhores aspirações dos homens e sofrendo por vê-los insatisfeitos, deseja ajudá-los a alcançar a sua plena realização, e é por isso que lhes propõe o que tem de seu: uma visão global do homem e da humanidade.

VISAO CRISTA DO DESENVOLVIMENTO

14. O desenvolvimento não se reduz ao simples crescimento económico. Para ser autêntico, deve ser integral, isto é: promover todos os homens e o homem todo. Como justamente o sublinhou com vigor um eminente especialista, «não aceitamos separar o económico do humano, nem o desenvolvimento, das civilizações onde se inscreve. O que conta para nós é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até à humanidade inteira»¹⁵.

¹² *Gaudium et Spes*, n.º 3, § 2.

¹³ Cf. Encíclica *Immortale Dei*, 1 de Novembro 1885, *Acta Leonis XIII*, t. V (1885), p. 127.

¹⁴ *Gaudium et Spes*, n.º 4, § 1.

¹⁵ L.-J. Lebreton, O. P., *Dynamique concrète du développement*, Paris, Economie et Humanisme, Les Éditions Ouvrières, 1961, p. 28.

Vocação para o crescimento

15. Nos designios de Deus, cada homem é chamado a desenvolver-se, porque toda a vida é vocação. É dado a todos, em germe, desde o nascimento, um conjunto de aptidões e qualidades, que se destinam a frutificar: o seu florescimento resultará, não só da educação recebida do meio, mas também do esforço pessoal, e permitirá a cada um orientar-se para o destino que lhe propõe o Criador. Dotado de inteligência e de liberdade, cada homem é responsável tanto pela sua realização como pela sua salvação. Ajudado ou desfavorecido por aqueles que o educam e o rodeiam, cada um, sejam quais forem as influências que sobre ele se exerçam, permanece o artífice principal do seu êxito ou do seu desaire: só pelo esforço da sua inteligência e da sua vontade, pode cada homem crescer em humanidade, valer mais, ser mais.

Dever pessoal...

16. De resto, esse crescimento não é facultativo. Uma vez que toda a criação está ordenada ao seu Criador, a criatura espiritual tem a obrigação de orientar espontaneamente a sua vida para Deus, verdade primeira e supremo bem. Assim, o crescimento humano constitui como que um resumo dos nossos deveres. Mais ainda, esta harmonia de natureza, enriquecida pelo esforço pessoal e responsável, é chamada a ultrapassar-se. Pela sua inserção em Cristo vivificante, o homem tem acesso a uma nova realização, a um humanismo transcendente, que lhe proporciona a sua maior plenitude: tal é a finalidade última do desenvolvimento pessoal.

... e comunitário

17. Mas cada homem é membro da sociedade: pertence à humanidade inteira. Não é somente tal ou tal homem, são todos os homens, que são chamados a um pleno desenvolvimento. As civilizações nascem, crescem e morrem. Mas, tal como as ondas na maré enchente avançam sobre a praia, cada uma um pouco mais que a precedente, assim a Humanidade avança no caminho da História. Herdeiros das gerações passadas e beneficiários do trabalho dos nossos contemporâneos, temos obrigações para com todos e não podemos desinteressar-nos dos que virão, depois de nós, alargar o círculo da família humana. A solidariedade universal, que é para nós um facto e um benefício, é também um dever.

Escala dos valores

18. Este crescimento pessoal e comunitário ficaria comprometido se a verdadeira escala dos valores se deteriorasse. É legíti-

timo o desejo do necessário, e o trabalho para o alcançar é um dever: «se alguém não quer trabalhar, que também não coma»¹⁶. Mas a aquisição dos bens temporais pode levar à cupidez, ao desejo de ter cada vez mais e à tentação do poderio. A avareza das pessoas, das famílias e das nações pode apossar-se tanto dos menos providos como dos mais ricos e suscitar nuns e noutros um materialismo sufocante.

Crescimento ambivalente

19. Tanto para os povos como para as pessoas, ter mais não é o fim último. O crescimento é ambivalente. Apesar de necessário para permitir ao homem ser mais homem, o crescimento encerra-o como que numa prisão quando se transforma no bem supremo que impede de ver mais além. Então, os corações endurecem e os espíritos fecham-se, os homens não se reúnem já pela amizade, mas pelo interesse, e este prontamente os opõe e desune. A procura exclusiva do ter torna-se, desse modo, obstáculo ao crescimento do ser e opõe-se à sua verdadeira grandeza: quer nos povos, quer nas pessoas, a avareza é a forma mais evidente do subdesenvolvimento moral.

Para uma condição mais humana

20. Se é verdade que a prossecução do desenvolvimento exige um número crescente de técnicos, também é certo que necessita de um número cada vez maior de pensadores de reflexão profunda, em busca de um humanismo novo que permita ao homem moderno encontrar-se a si mesmo, assumindo os valores mais altos de amor, de amizade, de oração e de contemplação¹⁷. Assim poderá realizar-se em plenitude o verdadeiro desenvolvimento, que é, para todos e para cada um, a passagem de condições menos humanas a condições mais humanas.

O ideal a prosseguir

21. Menos humanas: as carências materiais dos que se encontram privados do mínimo vital, e as carências morais dos que se acham mutilados pelo egoísmo. Menos humanas: as estruturas opressivas, quer provenham dos abusos da posse ou do poder, quer da exploração dos trabalhadores ou da injustiça das transacções. Mais humanas: a subida da miséria à posse do necessá-

¹⁶ 2 *Tessal*, III, 10.

¹⁷ Cf. por exemplo J. Maritain, *Les conditions spirituelles du progrès et de la paix*, em *Rencontre des cultures à l'UNESCO sous le signe du Concile oecuménique Vatican II*. Paris, Mame, 1966, p. 66.

rio, a vitória sobre os flagelos sociais, a amplificação dos conhecimentos, a aquisição da cultura. Mais humanas também: a consideração crescente da dignidade dos outros, a orientação para o espírito de pobreza¹⁸, a cooperação no bem-comum, a vontade de paz. Mais humano ainda o reconhecimento pelo homem dos valores supremos, e de Deus, origem e termo deles. Mais humanas, finalmente e sobretudo, a fé, dom de Deus acolhido pela boa-vontade do homem, e a unidade na caridade de Cristo, que nos chama todos a participar, como filhos, na vida de Deus vivo, Pai de todos os homens.

III. A acção a empreender

A DESTINAÇÃO UNIVERSAL DOS BENS

22. «Enchei a Terra e dominai-a»¹⁹: logo desde a sua primeira página, a Bíblia ensina-nos que toda a criação é para o Homem, sob a condição de ele aplicar o seu esforço inteligente no seu aproveitamento, e de, pelo seu trabalho, por assim dizer a completar para o seu próprio serviço. Se a Terra é feita para fornecer a cada um os seus meios de subsistência e os seus instrumentos de progresso, todo o homem tem, portanto, o direito de nela encontrar o que lhe é necessário. O recente Concílio lembrou-o: «Deus destinou a Terra e tudo o que ela contém ao uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens da criação devem equitativamente afluir às mãos de todos, segundo a regra da justiça, inseparável da caridade»²⁰. Todos os outros direitos, quaisquer que sejam, incluindo os de propriedade e de comércio livre, estão-lhe subordinados: não devem portanto impedir, mas, pelo contrário, facilitar a sua realização; e é um dever social grave e urgente reconduzi-los à sua finalidade primacial.

A propriedade

23. «Se alguém, desfrutando dos bens deste mundo, vê o seu irmão em necessidade e lhe fecha as entranhas, como permaneceria nele o amor de Deus?»²¹. Sabe-se com que firmeza os Padres da Igreja precisaram qual deve ser a atitude daqueles que possuem em relação aos que se encontram em estado de necessidade: «não é dos teus bens que tu dás — afirma Santo Ambrósio — quando és generoso com o pobre; tu dás-lhe o que lhe pertence. Porque aquilo de que te arrogas é dado em comum para

¹⁸ Cf. *Mateus*, V, 3.

¹⁹ *Génesis*, I, 28.

²⁰ *Gaudium et Spes*, n.º 69, § 1.

²¹ 1 *João*, III, 17.

o uso de todos. A Terra é dada a todos e não somente aos ricos»²². O mesmo é dizer que a propriedade privada não constitui para ninguém um direito incondicional e absoluto. Ninguém tem o direito de reservar para seu uso exclusivo o que ultrapassa a sua necessidade, quando a outros falta o necessário. Numa palavra, «o direito de propriedade não deve nunca exercer-se em detrimento da utilidade comum, segundo a doutrina tradicional dos Padres da Igreja e dos grandes teólogos». Se acaso surge um conflito «entre direitos privados adquiridos e exigências comunitárias primordiais», cabe ao poder público «empenhar-se em resolvê-lo, com a participação activa das pessoas e dos grupos sociais»²³.

O uso dos rendimentos

24. O bem-comum exige, pois, em alguns casos, a expropriação, quando certos domínios levantam obstáculo à prosperidade colectiva, pelo facto da sua extensão, do seu aproveitamento fraco ou nulo, da miséria que daí resulta para as populações, do prejuízo considerável causado aos interesses do país. Afirmando-o claramente²⁴, o Concílio também lembrou, com não menor clareza, que o rendimento disponível não está entregue ao livre capricho dos homens, e que as especulações egoístas devem ser banidas. Assim, não é admissível que cidadãos detentores de grandes rendimentos, provenientes dos recursos e da actividade nacionais, transfiram uma parte considerável desses rendimentos para o estrangeiro, no seu exclusivo interesse e sem atenderem ao evidente prejuízo que desse modo causam ao seu país²⁵.

A INDUSTRIALIZAÇÃO

25. Necessária ao crescimento económico e ao progresso humano, a introdução da indústria é, ao mesmo tempo, sinal e factor de desenvolvimento. Mediante aplicação tenaz da sua inteligência e do seu trabalho, o homem arranca, pouco a pouco, à natureza os seus segredos e utiliza melhor as riquezas nela contidas. Ao mesmo tempo que disciplina os seus hábitos, desenvolve em si o gosto da investigação e da invenção, a aceitação do risco calculado, a audácia nos empreendimentos, a iniciativa generosa, o sentido das responsabilidades.

²² *De Nabuthe*, c. 12, n.º 53, P. L. 14, 747. Cf. J.-R. Palanque, *Saint Ambroise et l'empire romain*, Paris, de Boccard, 1933, pp. 336 sq.

²³ «Lettre à la Semaine sociale de Brest», em *L'homme et la révolution urbaine*, Lyon, Chronique Sociale, 1955, pp. 8 e 9.

²⁴ *Gaudium et Spes*, n.º 71, § 6.

²⁵ Cf., *ibid.*, n.º 65, § 6.

26. Infelizmente, porém, sobre estas novas condições da sociedade, ergueu-se um sistema que considerava o lucro como motor essencial do progresso económico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos meios de produção como um direito absoluto, sem limites nem obrigações sociais correspondentes. Este liberalismo sem freio conduzia à ditadura, justamente denunciada por Pio XI, como geradora do «imperialismo internacional do dinheiro»²⁶. Nunca será demasiado reprovar tais abusos, lembrando mais uma vez, solenemente, que a economia está ao serviço do homem²⁷. Mas, se é verdade que um certo capitalismo foi a fonte de tantos sofrimentos, injustiças e lutas fratricidas, cujos efeitos ainda persistem, seria injustificado atribuir à própria industrialização males que se devem ao nefasto sistema que a acompanhava. Pelo contrário, importa reconhecer sem reservas o contributo insubstituível da organização do trabalho e do progresso industrial para a obra do desenvolvimento.

O trabalho

27. De igual modo, se é certo que por vezes predomina uma exagerada mística do trabalho, nem por isso este é menos desejado e abençoado por Deus. Criado à sua imagem, «o homem deve cooperar com o Criador no completamento da criação e imprimir, por sua vez, na Terra, o cunho espiritual que ele próprio recebeu»²⁸. Deus, que dotou o homem de inteligência, imaginação e sensibilidade, deu-lhe assim os meios para, de certo modo, completar a sua obra: seja como artista ou artífice, seja como empresário, operário ou camponês, todo o trabalhador é um criador. Debruçado sobre uma matéria que lhe resiste, o trabalhador imprime-lhe o seu cunho, mas ao mesmo tempo adquire tenacidade, engenho e espírito de invenção. Mais ainda: vivido em comum, na esperança, no sofrimento, na ambição e na alegria partilhadas, o trabalho une as vontades, aproxima os espíritos e liga os corações: realizando-o, os homens descobrem-se irmãos²⁹.

²⁶ Encíclica *Quadragesimo Anno*, 15 de Maio de 1931, AAS 23 (1931), p. 212.

²⁷ Cf. por exemplo Colin Clark, *The conditions of economic progress*, 3 ed., London, Macmillan & Co., New York, St. Martin's Press, 1960, pp. 3-6.

²⁸ «Lettre à la Semaine sociale de Lyon», em *Le travail et les travailleurs dans la société contemporaine*, Lyon, Chronique sociale, 1965, p. 6.

²⁹ Cf. por exemplo M.-D. Chenu, O. P., *Pour une théologie du travail*, Paris, Editions du Seuil, 1955.

A sua ambivalência

28. Sem dúvida ambivalente, pois que, por um lado, promete dinheiro, gozo e poder, convidando uns ao egoísmo e outros à revolta, o trabalho desenvolve, por outro lado, a consciência profissional, o sentido do dever e a caridade para com o próximo. Mais científico e melhor organizado, faz correr ao executante, tornado seu servo, um risco de desumanização, pois que o trabalho só é humano na medida em que permanece inteligente e livre. João XXIII lembrou a urgência de restituir ao trabalhador a sua dignidade, fazendo-o participar efectivamente na obra comum: «deve-se tender a que a empresa se transforme numa comunidade de pessoas, nas relações, funções e situações de todo o seu pessoal»³⁰. O labor dos homens, muito especialmente para os cristãos, tem ainda a missão de colaborar na criação do mundo sobrenatural³¹, inacabado até chegarmos em conjunto a constituir esse Homem perfeito de que fala S. Paulo, «que realiza a plenitude de Cristo»³².

URGÊNCIA DA OBRA A REALIZAR

29. Temos de apressar-nos: demasiados homens sofrem, e aumenta a distância que separa o progresso de uns da estagnação e mesmo da regressão de outros. No entanto, a obra a realizar tem de progredir harmoniosamente, sob pena de romper equilíbrios indispensáveis. Uma reforma agrária improvisada pode falhar o seu objectivo. Uma industrialização precipitada pode demoronar estruturas ainda necessárias e engendrar misérias sociais que constituiriam um retrocesso humano.

Tentação da violência

30. Indiscutivelmente, há situações cuja injustiça brada aos céus. Quando populações inteiras, desprovidas do necessário, vivem numa dependência tal que lhes está vedada toda a iniciativa e responsabilidade e também toda a possibilidade de promoção cultural e de acesso à vida social e política, grande é a tentação de repelir pela violência tais injúrias à dignidade humana.

Revolução

31. Não obstante, sabe-se que a insurreição revolucionária — salvo o caso de tirania evidente e prolongada que ofendesse gra-

³⁰ *Mater et Magistra*, AAS 53 (1961), p. 423.

³¹ Cf., por exemplo, O. von Neil-Breuning S. J., *Wirtschaft und Gesellschaft*, t. 1: *Grundfragen*, Freiburg, Herder, 1956, pp. 183-184.

³² *Efésios*, IV, 13.

vemente os direitos fundamentais da pessoa humana e prejudicasse seriamente o bem-comum do país — gera novas injustiças, introduz novos desequilíbrios, provoca novas ruínas. Não se pode combater um mal real à custa de uma infelicidade maior.

Reforma

32. Mas que nos entendam bem: a situação actual deve ser enfrentada corajosamente, as injustiças que ela comporta devem ser combatidas e eliminadas. O desenvolvimento exige transformações audaciosas, profundamente inovadoras. Devem empreender-se, sem demora, reformas urgentes. Contribuir para elas com a sua parte, compete a todos, sobretudo àqueles que, por educação, situação e poder, dispõem de maiores possibilidades de acção. Dando o exemplo, tirem dos seus próprios bens, como fizeram alguns dos Nossos irmãos no episcopado³³. Responderão, assim, à expectativa dos homens e serão fiéis ao Espírito de Deus, porque foi «o fermento evangélico que suscitou e suscita no coração do homem uma exigência incoercível de dignidade»³⁴.

PROGRAMAS E PLANIFICAÇÃO

33. A iniciativa individual só por si e o simples jogo da concorrência não bastam para assegurar o êxito do desenvolvimento. Não devemos correr o risco de aumentar ainda mais a riqueza dos ricos e o poder dos poderosos, confirmando a miséria dos pobres e tornando maior a escravidão dos oprimidos. São, pois, necessários programas para «encorajar, estimular coordenar, suprir e integrar»³⁵ a acção dos indivíduos e dos grupos intermédios. Cabe aos poderes públicos escolher, e mesmo impor, os objectivos a prosseguir, os fins a alcançar e os meios para os atingir; e também lhes compete estimular todas as forças agrupadas nesta acção comum. Mas que procurem associar a esta obra as iniciativas privadas e os grupos intermédios. Evitarão assim o perigo de uma colectivização integral ou de uma planificação arbitraria que, por serem negadoras da liberdade, excluiriam o exercício dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Ao serviço do homem

34. Na verdade, qualquer programa, concebido para aumentar a

³³ Cf., por exemplo, D. M. Larrain Errazuris, Bispo de Talca (Chile), Presidente da CELAM *Desarrollo: Exito o Fracaso en America Latina: llamado de un Obispo a los Cristianos*, 1965, Edit. Universidad Católica, Santiago, Chile.

³⁴ *Gaudium et Spes*, n.º 26, § 4.

³⁵ *Mater et Magistra*, AAS 53 (1961), p. 414.

produção, não tem, afinal, razão de ser senão como serviço da pessoa humana. Existe para reduzir as desigualdades, combater as discriminações, libertar o homem da servidão, torná-lo capaz de, por si próprio, ser o agente responsável pela sua promoção material, pelo seu progresso moral e pelo seu crescimento espiritual. Dizer desenvolvimento é, com efeito, concentrar a atenção tanto no progresso social como no crescimento económico. Não basta aumentar a riqueza comum, para que ela se reparta equitativamente. Não basta promover a técnica, para que a Terra possa ser mais humanamente habitável. Nos erros dos que os precederam, reconheçam aqueles que se encontram na via do desenvolvimento, os perigos que devem evitar neste domínio. A tecnocracia de amanhã pode engendrar males ainda maiores que o liberalismo de ontem. Economia e técnica não têm sentido, senão em função do homem, ao qual devem servir. E o homem só é verdadeiramente homem, na medida em que, senhor das suas acções e juiz do valor delas, é ele mesmo autor do seu progresso, em conformidade com a natureza que o Criador lhe deu e cujas possibilidades e exigências livremente aceita.

Alfabetização

35. Pode mesmo afirmar-se que o crescimento económico depende, em primeiro lugar, do progresso social. Por isso a educação de base é o primeiro objectivo dum plano de desenvolvimento. A fome de instrução não é menos deprimente que a fome de alimentos: um analfabeto é um espírito subalimentado. Saber ler e escrever, adquirir uma formação profissional, é ganhar confiança em si mesmo e descobrir que se pode avançar com os outros. Como dizíamos na Nossa mensagem ao Congresso da UNESCO, reunido em Teerão em 1965, a alfabetização é, para o homem, «um factor primordial de integração social e de enriquecimento da pessoa e, para a sociedade, um instrumento privilegiado de progresso económico e de desenvolvimento»³⁶. Por isso Nos alegramos com o bom trabalho realizado neste domínio pelas iniciativas privadas, pelos poderes públicos e pelas organizações internacionais: são os primeiros obreiros do desenvolvimento, porque tornam o homem apto a assumi-lo por si mesmo.

Família

36. Mas o homem só é ele próprio no seu meio social, onde a família desempenha um papel primordial. Este pode ter sido excessivo, conforme as épocas e os lugares, sempre que se exerceu à custa de liberdades fundamentais da pessoa. Muitas vezes dema-

³⁶ *L'Osservatore Romano*, 11 de Setembro 1965.

siado rígidos e mal estruturados, os antigos quadros sociais dos países em vias de desenvolvimento são, apesar disso, necessários ainda por algum tempo, afrouxando no entanto progressivamente a exagerada pressão que exercem. Porém, a família natural, monogâmica e estável, tal como Deus a concebeu³⁷ e o Cristianismo a santificou, deve continuar a ser esse «lugar de encontro de várias gerações que reciprocamente se ajudam a alcançar uma sabedoria mais ampla e a conciliar os direitos da pessoa com as outras exigências da vida social»³⁸.

Demografia

37. É certo que, muito frequentemente, um crescimento demográfico acelerado acrescenta novas dificuldades aos problemas do desenvolvimento: o volume da população aumenta mais rapidamente que os recursos disponíveis, criando-se por isso uma situação que parece não ter saída. Grande é nesse caso a tentação de refrear o crescimento demográfico por meios radicais. Seguramente, os poderes públicos, dentro dos limites da sua competência, podem intervir, desenvolvendo uma informação adequada e tomando as medidas que se imponham, desde que estas sejam conformes às exigências da lei moral e respeitem a justa liberdade dos cônjuges. Sem direito inalienável ao casamento e à procriação, deixa de existir dignidade humana. Em última análise, é aos pais que compete decidir, em pleno conhecimento de causa, o número dos seus filhos, assumindo as suas responsabilidades perante Deus, perante si mesmos, perante os filhos a que já deram vida e perante a comunidade a que pertencem, de acordo com as exigências da sua consciência instruída pela lei de Deus, autenticamente interpretada e sustentada pela confiança n'Ele³⁹.

Organizações profissionais

38. Na obra do desenvolvimento, o homem, que na família encontra o seu meio de vida primordial, é frequentemente ajudado por organizações profissionais. Embora a razão de ser destas organizações seja a promoção dos interesses dos seus membros, é grande a sua responsabilidade perante a tarefa educativa que podem e devem realizar. Através da informação que transmitem e da formação que propõem, largas são as suas possibilidades de comunicar a todos o sentido do bem-comum e das obrigações que ele acarreta.

³⁷ Cf. *Mateus*, XIX, 6.

³⁸ *Gaudium et Spes*, n.º 52, § 2.

³⁹ Cf. *ibid.*, n.º 50-51 (e nota 14), n.º 87, § 2 e 3.

Pluralismo legítimo

39. Toda a acção social implica uma doutrina. O cristão não poderia admitir a que se baseie numa filosofia materialista e ateia ou que não respeite, quer a orientação religiosa da vida para o seu último fim, quer a liberdade e a dignidade humanas. Mas, garantidos estes valores, é admissível e sob certos aspectos útil, um pluralismo das organizações profissionais e sindicais, sempre que protege a liberdade e suscita a emulação. É com a maior satisfação que prestamos homenagem a todos aqueles que nessas organizações trabalham ao serviço desinteressado dos seus irmãos.

Promoção cultural

40. Além das organizações profissionais, existem as instituições culturais, cuja função não é de menor importância para o êxito do desenvolvimento. «O futuro do mundo estaria em perigo — afirma gravemente o Concílio — se a nossa época não fosse capaz de se dar a si mesma sábios». E acrescenta: «numerosos países, pobres em bens materiais, mas ricos em sabedoria, podem oferecer aos outros uma poderosa ajuda neste aspecto»⁴⁰. Rico ou pobre, cada país possui uma civilização recebida dos antepassados: instituições necessárias à vida terrestre e manifestações superiores — artísticas, intelectuais e religiosas — da vida do espírito. Quando estas últimas são portadoras de verdadeiros valores humanos, grave erro seria sacrificá-las às primeiras. Um povo que nisso consentisse perderia o melhor de si mesmo: sacrificaria, para viver, as suas razões de viver. O ensinamento de Cristo vale também para os povos: «de que serviria ao homem ganhar o mundo inteiro, se viesse a perder a sua alma?»⁴¹.

Tentação materialista

41. Nunca os países pobres se defenderão demasiado dessa tentação que lhes vem dos povos ricos. Estes dão-lhes frequentemente, com o exemplo do seu êxito numa civilização técnica e cultural, o modelo de uma actividade aplicada sobretudo à conquista da prosperidade material. Não que esta impeça, por si mesma, a actividade do espírito. Pelo contrário, o espírito, «menos escravo das coisas, pode mais facilmente elevar-se ao culto e à contemplação do Criador»⁴². No entanto, «a civilização moderna, não certamente pela sua essência, mas porque se encontra demasiado comprometida nas realidades terrenas, pode tornar muitas vezes mais difícil o acesso

⁴⁰ *Ibid.*, n.º 15, § 3.

⁴¹ *Mateus*, XVI, 26.

⁴² *Gaudium et Spes*, n.º 57, § 4.

a Deus»⁴³. No que lhes é proposto, os povos em vias de desenvolvimento devem, pois, saber escolher: criticar e eliminar os falsos bens que implicariam um abaixamento do ideal humano, e aceitar os valores salutares e benéficos, para os desenvolver, juntamente com os seus, segundo o seu carácter próprio.

PARA UM HUMANISMO PLENO

Conclusão

42. É um humanismo pleno que urge promover⁴⁴. Que significa isso, senão o desenvolvimento integral do homem todo e de todos os homens? Poderia aparentemente triunfar um humanismo fechado, refractário aos valores do espírito e a Deus, fonte desses mesmos valores. O homem pode, seguramente, organizar a Terra sem Deus; mas «sem Deus só pode organizar contra o Homem. O humanismo exclusivo é um humanismo desumano»⁴⁵. Não há, portanto, verdadeiro humanismo, senão aberto ao Absoluto, no reconhecimento de uma vocação que dá da vida humana a noção verdadeira. O homem, longe de ser a norma última dos valores, só se pode realizar a si mesmo, ultrapassando-se. Segundo a palavra, tão exacta, de Pascal: «o homem excede infinitamente o homem»⁴⁶.

2.^a PARTE

PARA O DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO DA HUMANIDADE

Introdução

43. O desenvolvimento integral do homem não pode caminhar sem o desenvolvimento solidário da humanidade. Dizíamos em Bombaim: «o homem deve encontrar o homem, as nações devem encontrar-se como irmãos e irmãs, como filhos de Deus. Nesta compreensão e nesta amizade mútuas, nesta comunhão sagrada, devemos começar também a trabalhar juntos para construir o futuro comum da humanidade»⁴⁷. Por isso, sugeríamos a busca de meios de organização e de cooperação, concretos e práticos, para pôr em

⁴³ *Ibid.*, n.º 19, § 2.

⁴⁴ Cf., por exemplo, J. Maritain, *L'humanisme intégral*, Paris, Aubier, 1936.

⁴⁵ H. de Lubac, S. J., *Le drame de l'humanisme athée*, 3.^a ed., Paris, Spes, 1945, p. 10.

⁴⁶ *Pensées*, ed. Brunschvieg, n.º 434, Cf., M. Zundel, *L'homme passe l'homme*, Le Caire, Editons du Lien, 1944.

⁴⁷ Alocução aos representantes das religiões não cristãs, 3 de Dezembro de 1964, AAS 57 (1965), p. 132.

comum os recursos disponíveis e realizar, assim, uma verdadeira comunhão entre todas as nações.

Fraternidade dos povos

44. Este dever concerne, em primeiro lugar, aos mais favorecidos. As suas obrigações fundam-se na fraternidade humana e sobrenatural e apresentam-se sob um triplice aspecto: dever de solidariedade — o auxílio que as nações ricas devem prestar aos países em vias de desenvolvimento; dever de justiça social — a rectificação das relações comerciais defeituosas entre povos fortes e povos fracos; dever de caridade universal — a promoção, para todos, de um mundo mais humano, onde todos tenham algo a dar e a receber, sem que o progresso de uns seja obstáculo ao desenvolvimento dos demais. O problema é grave, pois que o futuro da civilização mundial dele depende.

I. A assistência aos fracos

Luta contra a fome

45. «Se um irmão ou irmã estiverem nus», diz S. Tiago, «e lhes faltar o alimento quotidiano, e algum de vós lhes disser: ide em paz, aquecei-vos e saciai-vos, sem lhes dar o que lhes é necessário ao corpo, para que serve isso?»⁴⁸. Hoje ninguém pode já ignorar que, em continentes inteiros, inumeráveis são os homens e as mulheres torturados pela fome, inumeráveis as crianças subalimentadas, até ao ponto de morrer grande parte delas em tenra idade e de o crescimento físico e o desenvolvimento mental de muitas outras se achar comprometido. Regiões inteiras estão, por estas razões, condenadas ao mais triste desalento.

Hoje

46. Já se fizeram ouvir apelos angustiosos. O de João XXIII foi calorosamente acolhido⁴⁹. Nós mesmo o reiterámos na Nossa mensagem do Natal de 1963⁵⁰, e novamente, a favor da Índia, em 1966⁵¹. A campanha contra a fome, lançada pela Organização Internacional para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e encorajada pela Santa-Sé, suscitou generosas adesões. A Nossa *Caritas Internationalis* está por toda a parte em acção, e numerosos católicos, sob o impulso dos Nossos irmãos no episcopado, dão e dão-se

⁴⁸ *Tiago II*, 15-16.

⁴⁹ Cf. *Mater et Magistra*, AAS 53 (1961), pp. 440 sq.

⁵⁰ Cf. AAS 56 (1964), pp. 57-58.

⁵¹ Cf. *Encicliche e Discorsi di Paolo VI*, vol. IX, Roma, ed. Paoline, 1966, pp. 132-136.

sem reservas à ajuda ao necessitados, alargando progressivamente o círculo do seu próximo.

Amanhã

47. Mas isto não basta, como não bastam os investimentos privados e públicos realizados, nem as dádivas e os empréstimos concedidos. Não se trata apenas de vencer a fome, nem mesmo de fazer recuar a pobreza. O combate contra a miséria, sendo urgente e necessário, não é suficiente. Trata-se de construir um mundo onde todos os homens, sem exceção de raça, religião ou nacionalidade, possam viver uma vida plenamente humana, liberta das servidões que lhes vêm dos homens e da natureza insuficientemente dominada; um mundo onde a liberdade não seja uma palavra vã e onde o pobre Lázaro possa sentar-se à mesma mesa que o rico⁵². Isso exige deste último muita generosidade, muitos sacrifícios e um esforço continuado. Examine cada um a sua consciência, que fala com voz nova na nossa época. Estará o rico pronto a sustentar com o seu dinheiro as obras e as missões organizadas em favor dos mais pobres? Estará disposto a pagar mais impostos, para que os poderes públicos intensifiquem os seus esforços de desenvolvimento? A comprar mais caros os produtos importados, a fim de remunerar mais justamente o produtor? E, se é jovem, a deixar a sua pátria, sendo necessário, para levar ajuda ao crescimento das jovens nações?

Dever de solidariedade

48. O dever de solidariedade das pessoas vale igualmente para os povos: «é dever muito grave dos povos desenvolvidos ajudar os que se encontram em vias de desenvolvimento»⁵³. É necessário pôr em prática este ensinamento do Concílio. Se é normal que uma população seja a primeira beneficiária dos dons que a Providência lhe concedeu, como dos frutos do seu trabalho, nem por isso os povos têm o direito de reservar as suas riquezas para o seu uso exclusivo. Cada povo deve produzir mais e melhor, a fim de, ao mesmo tempo, proporcionar aos seus próprios membros um nível de vida verdadeiramente humano e contribuir para o desenvolvimento solidário da Humanidade. Perante a indigência crescente dos países subdesenvolvidos, deve considerar-se normal que um país evoluído consagre uma parte da sua produção a satisfazer as necessidades daqueles; é também normal que forme educa-

⁵² Cf. *Luc.* XVI, 19-31.

⁵³ *Gaudium et Spes*, n.º 86, § 3.

dores, engenheiros, técnicos e cientistas, cuja ciência e competência seja posta ao serviço desses povos.

Supérfluo

49. Repetimos, ainda uma vez: o supérfluo dos países ricos deve ser posto ao serviço dos países pobres. A regra que valia outrora em favor dos mais próximos deve aplicar-se hoje à totalidade dos necessitados do mundo. Aliás, os ricos serão os primeiros beneficiários. A sua avareza continuada não deixaria de suscitar o juízo de Deus e a cólera dos pobres, de imprevisíveis consequências. Enroscadas no seu egoísmo, as civilizações actualmente florescentes atentariam contra os seus mais altos valores, sacrificando a vontade de mais ser ao desejo de mais ter. E aplicar-se-lhes-ia a parábola do homem rico, cujas propriedades tinham produzido muito e não sabia onde guardar a colheita: «Deus disse-lhe: insensato, esta mesma noite, virão reclamar a tua alma»⁵⁴.

Programas

50. Para atingirem a sua plena eficácia, estes esforços não podem continuar dispersos e isolados e, menos ainda, opostos por motivos de prestígio ou de poder: a situação actual exige programas concertados. Um programa é, efectivamente, muito mais que um auxílio ocasional, confiado à benevolência de cada um. Supõe, como dissemos, estudos aprofundados, determinação dos objectivos, escolha dos meios e conjugação dos esforços, a fim de responder às necessidades presentes e às que se podem prever. Mais ainda: para além das perspectivas do crescimento económico e do progresso social, dá sentido e valor à obra a realizar. Através de uma ordenação do mundo, valoriza o homem.

Fundo mundial

51. Seria necessário ir mais longe. Pedimos, em Bombaim, a criação de um grande Fundo Mundial, alimentado por uma parte das despesas militares e destinado a auxiliar os mais deserdados⁵⁵. O que vale para a luta imediata contra a miséria vale também à escala do desenvolvimento. Só uma colaboração mundial, de que um Fundo comum seria ao mesmo tempo o símbolo e o instrumento, permitiria superar as rivalidades estéreis e suscitar um diálogo fecundo e pacífico entre todos os povos.

⁵⁴ *Luc.* XII, 20.

⁵⁵ Cf. Mensagem ao Mundo em 4 de Dezembro 1964. Cf. AAS 57 (1965), p. 135.

Suas vantagens

52. Evidentemente, podem continuar a existir acordos bilaterais ou multilaterais, pois que permitem substituir as relações de dependência e os ressentimentos oriundos da era colonial, por boas relações de amizade, estabelecidas em plano de igualdade jurídica e política. Mas, incorporados num programa de colaboração mundial, ficariam isentos de toda a suspeita. A desconfiança dos beneficiários seria assim atenuada. Temeriam menos certas manifestações do chamado neo-colonialismo: dissimuladas sob o auxílio financeiro ou a assistência técnica, várias formas de pressão política e de dominação económica, tendo por objectivo a defesa ou a conquista de uma hegemonia dominadora.

Sua urgência

53. Por outro lado, quem não vê que um tal Fundo facilitaria a redução de certos desperdícios, fruto do medo ou do orgulho? Quando tantos povos têm fome, tantos lares sofrem de miséria, tantos homens continuam mergulhados na ignorância, tantas escolas, hospitais e habitações dignas deste nome não são construídas, torna-se um escândalo intolerável todo o desperdício público ou privado, todo o gasto de ostentação nacional ou pessoal, toda a esgotante corrida aos armamentos. Sentimo-Nos na obrigação de o denunciar. Queiram os responsáveis ouvir-Nos, antes que seja demasiado tarde.

Diálogo a instaurar

54. Tudo isto significa que é indispensável estabelecer entre todos esse diálogo, para o qual apelávamos na Nossa primeira Encíclica *Ecclesiam Suam*⁵⁶. Um tal diálogo, entre aqueles que fornecem os meios e os que deles beneficiam, permitirá determinar a importância da ajuda, não apenas em função da generosidade e das disponibilidades de uns, mas também em função das efectivas necessidades e das possibilidades de utilização dos outros. Assim, os países em vias de desenvolvimento já não correrão o risco de ficarem sobrecarregados de dívidas, cuja amortização e juros absorvem o melhor dos seus ganhos. Os juros e a duração dos empréstimos poderão ser estabelecidos em termos suportáveis por ambas as partes, equilibrando os donativos gratuitos, os empréstimos sem juro ou com juro reduzido, e a duração das amortizações. Poderão ser dadas, aos que fornecem os meios financeiros, garantias sobre a maneira como estes serão utilizados, segundo o plano combinado e com uma eficácia razoável, pois não se trata de favorecer preguiçosos e parasitas. E os beneficiários po-

⁵⁶ Cf. AAS 56 (1964), pp. 639 sq.

derão exigir que ninguém se intrometa na sua própria política ou venha perturbar a sua estrutura social. Como Estados soberanos, pertence-lhes conduzir os seus negócios, determinar a sua política e orientar-se livremente para o tipo de sociedade que escolherem. Portanto, é uma colaboração voluntária, uma participação eficaz e cooperante, numa idêntica dignidade, que se deve estabelecer, para a construção de um mundo mais humano

Sua necessidade

55. A tarefa poderia parecer inviável nas regiões onde a preocupação pela subsistência quotidiana domina toda a existência de famílias incapazes de conceber um trabalho susceptível de preparar um futuro menos miserável. São, no entanto, estes os homens e as mulheres que é necessário ajudar e convencer a operarem o seu próprio desenvolvimento e a adquirirem progressivamente os meios respectivos. Manifestamente, esta obra comum não se fará sem esforço concertado, constante e corajoso. Fique, porém, cada um bem persuadido de que estão em jogo a vida dos povos pobres, a paz interna dos países em vias de desenvolvimento e a paz do Mundo.

II. A equidade nas relações comerciais

56. Os esforços, mesmo consideráveis, que são feitos para ajudar no plano financeiro e técnico os países em vias de desenvolvimento, seriam ilusórios, se os seus resultados fossem parcialmente anulados pelo jogo das relações comerciais entre países ricos e países pobres. A confiança destes últimos ficaria abalada, se tivessem a impressão de que uma das mãos lhes tira o que a outra lhes dá.

Distorção crescente

57. Com efeito, as nações altamente industrializadas exportam sobretudo produtos fabricados, ao passo que as economias pouco desenvolvidas apenas podem vender produções agrícolas e matérias-primas. Os produtos industriais, devido ao progresso técnico, aumentam rapidamente de valor e encontram mercado suficiente. Pelo contrário, os produtos primários, provenientes dos países subdesenvolvidos, sofrem amplas e bruscas variações de preço e estão longe de acompanhar a progressiva valorização dos outros. Daqui resultam grandes dificuldades para as nações pouco industrializadas, quando dependem das exportações para equilibrar a sua economia e realizar os seus planos de desenvolvimento. Os povos pobres continuam pobres e os ricos tornam-se cada vez mais ricos.

58. Isto significa que a regra do comércio livre não pode, só por si, reger as relações internacionais. As suas vantagens são evidentes entre países que não se encontram em condições demasiado desiguais de poderio económico: nesse caso, é um estímulo de progresso e recompensa o esforço feito. Por isso os países industrialmente desenvolvidos vêem nela uma lei de justiça. Já o mesmo não sucede quando as condições são demasiado desiguais de país para país: neste caso, os preços livremente estabelecidos no mercado podem produzir resultados iníquos. É preciso reconhecer que está aqui posto em causa o princípio fundamental do liberalismo, como regra das trocas comerciais.

Justiça dos contratos à escala dos povos

59. Continua a ser válido o ensino de Leão XIII, na Encíclica *Rerum Novarum*: o consentimento das partes, se estas se encontram em situação demasiado desigual, não basta para garantir a justiça do contrato; a regra do livre consentimento está subordinada às exigências do direito natural⁵⁷. O que era verdade acerca do justo salário individual, também o é a respeito dos contratos internacionais: uma economia de intercâmbio já não pode apoiar-se unicamente sobre a lei da livre concorrência, que frequentes vezes engendra uma ditadura económica. A liberdade das trocas só é equitativa quando sujeita às exigências da justiça social.

Medidas a tomar

60. Aliás, é o que já reconheceram os próprios países desenvolvidos, uma vez que se esforçam por restabelecer dentro das suas economias, por meios adequados, um equilíbrio que a concorrência, entregue a si mesma, tende a comprometer. Assim, muitas vezes sustentam a sua agricultura à custa de sacrifícios impostos aos sectores económicos mais favorecidos. Além disso, para sustentarem as relações comerciais que se estabelecem entre eles, particularmente no interior de um mercado comum, adoptam políticas financeiras, fiscais e sociais que se esforçam por restituir a indústrias concorrentes, desigualmente prósperas, oportunidades semelhantes.

Convenções internacionais

61. Não se poderia fazer uso, neste domínio, de dois pesos e duas medidas. O que vale para a economia nacional, o que se admite

⁵⁷ Cf. *Acta Leonis XIII*, t. XI (1892), p. 131.

entre países desenvolvidos, vale também nas relações comerciais entre países ricos e países pobres. Sem abolir o mercado de concorrência, importa mantê-lo dentro dos limites que o tornam justo e moral e, portanto, humano. No comércio entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, as situações são demasiado discordantes e as liberdades efectivas demasiado desiguais. A justiça social exige que o comércio internacional, para ser humano e moral, restabeleça, entre as partes, pelo menos uma certa igualdade de oportunidades. É um objectivo a atingir a longo prazo. Mas, para o alcançar, é necessário criar, desde já, uma igualdade real nas discussões e negociações. Também neste campo seriam úteis convenções internacionais de âmbito suficientemente vasto: estabeleceriam normas gerais com vista à regularização de certos preços, à garantia de certas produções e à sustentação de certas indústrias nascentes. Quem não vê que um tal esforço comum, no sentido de maior justiça nas relações comerciais entre os povos, proporcionaria aos países em vias de desenvolvimento uma ajuda positiva, cujos efeitos não seriam apenas imediatos, mas duradouros?

Obstáculos a vencer: nacionalismo

62. Existem ainda outros obstáculos que se opõem à formação de um mundo mais justo e mais estruturado numa solidariedade universal: queremos referir-nos ao nacionalismo e ao racismo. Comunidades que só recentemente adquiriram a independência política, é natural se mostrem ciosas de uma unidade nacional ainda frágil e se esforcem por protegê-la. É também normal que nações de antiga cultura se sintam orgulhosas do património que a História lhes legou. Mas estes sentimentos legítimos devem ser sublimados pela caridade universal, que engloba todos os membros da família humana. O nacionalismo isola os povos, contra o seu verdadeiro bem. E seria particularmente nocivo onde a fraqueza das economias nacionais exige um pôr em comum dos esforços, dos conhecimentos e dos meios financeiros, a fim de se realizarem os programas de desenvolvimento e se incrementarem as trocas comerciais e culturais.

Racismo

63. O racismo não é apanágio exclusivo das nações jovens, onde por vezes se dissimula sob rivalidades de clãs e de partidos políticos, com grave detrimento da justiça e sério risco para a paz civil. Durante a era colonial, grassou com frequência entre colonos e autóctones, obstando a uma fecunda compreensão recíproca e provocando grandes ressentimentos em consequência de injustiças reais. Continua a ser um obstáculo à colaboração entre nações desfavorecidas e um fermento de divisão e de ódio, mesmo no interior dos próprios Estados, quando, contrariamente aos direitos imprescritíveis da pessoa humana, indivíduos e famílias se vêem injusta-

mente submetidos a um regime de excepção por motivo de raça ou de cor.

Para um mundo solidário

64. Aflige-Nos profundamente uma tal situação, tão carregada de ameaças para o futuro. No entanto, conservamos a esperança: sobre as incompreensões e os egoísmos, acabarão por prevalecer uma necessidade mais viva de colaboração e um sentido mais agudo da solidariedade. Esperamos que os países cujo desenvolvimento se encontra menos avançado saberão aproveitar-se do facto da sua vizinhança, para organizarem entre si, dentro de áreas territoriais ampliadas, zonas de desenvolvimento concertado, estabelecendo programas comuns, coordenando os investimentos, repartindo as possibilidades de produção e organizando os intercâmbios. Esperamos igualmente que as organizações multilaterais e internacionais encontrarão, através de uma indispensável reorganização, os caminhos que hão-de permitir aos povos ainda subdesenvolvidos sair das situações bloqueadas em que parecem encerrados, e descobrir, na fidelidade ao seu carácter próprio, os meios do seu progresso social e humano.

Povos artífices do seu destino

65. A isto temos de chegar: a que a solidariedade mundial, cada vez mais eficiente, permita a todos os povos tornarem-se artífices do seu próprio destino. Demasiadamente o passado se caracterizou por relações de força entre nações: que venha o dia em que as relações internacionais sejam marcadas pelo cunho do respeito mútuo e da amizade, da interdependência na colaboração e da promoção comum sob a responsabilidade de cada membro. Os povos mais novos ou mais fracos reclamam a sua parte activa na construção de um mundo melhor, mais respeitador dos direitos e da vocação de cada um. A reclamação é legítima: a todos compete ouvi-la e corresponder-lhe.

III — A caridade universal

66. O Mundo está doente. O seu mal reside mais na crise de fraternidade entre os homens e entre os povos, do que na esterilização ou monopolização dos seus recursos, feita por alguns.

Dever de acolhimento

67. Nunca demasiado se insistirá no dever de acolhimento — dever de solidariedade humana e de caridade cristã — que incumbe,

tanto às famílias como às organizações culturais dos países que recebem estrangeiros. É necessário, sobretudo para os jovens, multiplicar lares e casas onde possam ser acolhidos. Isto, em primeiro lugar, para os proteger contra a solidão, o sentimento de abandono e de angústia, que inutilizam toda a energia moral; também para os defender da situação malsã em que se encontram, forçados a comparar a extrema pobreza dos seus países com o luxo e o desperdício que muitas vezes os rodeiam; igualmente, para os pôr ao abrigo das doutrinas subversivas e das tentações agressivas que os assaltam à lembrança de tanta «miséria imerecida»⁵⁸; enfim e sobretudo, para, com o calor de um acolhimento fraterno, receberem o exemplo de uma vida sã, a estima da caridade cristã autêntica e eficaz e o apreço pelos valores espirituais.

Drama dos jovens estudantes

68. É doloroso pensar que um grande número de jovens — vindos a países mais avançados para receber a ciência, a competência e a cultura, que os tornarão mais aptos a servir o seu país — aí adquirem certamente uma formação de alta qualidade, mas perdem, com muita frequência, a estima dos valores espirituais que, muitas vezes, se continham, como um património precioso, nas civilizações que os haviam visto crescer.

Trabalhadores emigrados

69. O mesmo acolhimento é devido aos trabalhadores emigrados que, economizando do seu salário para aliviar um pouco a miséria das famílias que deixaram nos seus países de origem, frequentemente vivem em condições desumanas.

Sentido social

70. A Nossa segunda recomendação dirige-se àqueles que são trazidos pelos seus negócios a países recentemente abertos à industrialização: industriais, comerciantes, chefes ou representantes de grandes empresas. Acontece que nem sempre são desprovidos de sentido social nos seus próprios países; porque não-de regressar, pois, ao princípios desumanos do individualismo, quando trabalham em países menos desenvolvidos? A sua melhor situação deve, pelo contrário, incitá-los a serem os iniciadores do progresso social e da promoção humana, nesses países aonde são levados pelos seus negócios. O seu próprio sentido da organização deveria sugerir-lhes os meios de valorizar o trabalho autóctone, de formar trabalhadores qualificados, de preparar engenheiros e quadros, de deixar lugar à iniciativa destes, de os introduzir progressivamente

⁵⁸ Cf. *ibid.*, p. 98.

nos postos mais elevados, preparando-os assim para com eles partilhar, num futuro próximo, as responsabilidades de direcção. Que, pelo menos, as relações entre dirigentes e subordinados sejam sempre reguladas pela justiça e regidas por contratos regulares comportando obrigações recíprocas. Que ninguém, enfim, qualquer que seja a sua condição, permaneça injustamente submetido à arbitrariedade.

Missões de desenvolvimento

71. Alegro-Nos por ver aumentar, cada vez mais, o número de peritos enviados, em missão de desenvolvimento, quer por instituições internacionais ou bilaterais, quer por organismos privados: «eles não devem proceder como senhores, mas como assistentes e cooperadores»⁵⁹. As populações depressa compreendem se aqueles que vêm em seu auxílio o fazem com ou sem amizade, para aplicar técnicas ou para atribuir ao homem todo o seu valor. A mensagem que trazem corre o risco de não ser aceite, se não vem como que envolvida em fraternidade.

Qualidades dos peritos

72. À competência técnica indispensável, é preciso acrescentar os sinais autênticos de um amor desinteressado. Isentos de toda a soberba nacionalista e de toda a expressão de racismo, os peritos devem aprender a trabalhar em estreita colaboração com todos. A sua competência não lhes confere superioridade em todos os domínios. A civilização que os formou contém, certamente, elementos de humanismo universal, mas não é a única nem exclusiva e não pode ser importada sem adaptação. Os agentes destas missões tomarão a peito descobrir, além da história, as componentes e as riquezas culturais do país que os acolhe. Estabelecer-se-á, deste modo, uma aproximação que fecundará as duas civilizações.

Diálogo das civilizações

73. Entre as civilizações, como entre as pessoas, um diálogo sincero é, efectivamente, criador de fraternidade. A obra do desenvolvimento aproximará os povos nas realizações efectuadas por um esforço comum, se todos, desde os governos e seus representantes, até ao perito mais modesto, estiverem animados de amor fraterno e movidos pelo sincero desejo de construir uma civilização de solidariedade mundial. Então, um diálogo centrado no homem, e não nas mercadorias ou nas técnicas, abrir-se-á. Será um diá-

⁵⁹ *Gaudium et Spes*, n.º 85, § 2.

logo fecundo, se trazer aos povos, que dele beneficiem, os meios para se educarem e espiritualizarem; se os técnicos se fizerem educadores e se o ensino que transmitirem tiver uma qualidade espiritual e moral tão elevada, que possa garantir um desenvolvimento, não só económico, mas humano. Terminada a assistência, permanecerão as relações assim estabelecidas. Quem não vê quanto estas podem contribuir para a paz do mundo?

Apelo aos jovens

74. Muitos jovens já responderam com ardor e prontidão ao apelo de Pio XII para um laicado missionário⁶⁰. Numerosos são também os que espontaneamente se colocaram à disposição de organismos, oficiais ou privados, criados para a colaboração com os povos em vias de desenvolvimento. Alegramo-Nos por saber que, em certas nações, o «serviço militar» pode tornar-se, em parte, um «serviço social», simplesmente um «serviço». Abençoamos estas iniciativas e a boa-vontade daqueles que lhes respondem. Oxalá todos os que se reclamam de Cristo oçam o seu apelo: «Tive fome e destes-Me de comer, tive sede e destes-Me de beber, era estrangeiro e acolhestes-Me, estava nu e vestistes-Me, enfermo e visitastes-Me, prisioneiro e viestes ver-Me»⁶¹. Ninguém pode permanecer indiferente à sorte dos seus irmãos ainda mergulhados na miséria, em luta com a ignorância e vítimas da insegurança. Como o coração de Cristo, também o do cristão deve compadecer-se desta miséria: «compadeço-me desta multidão»⁶².

Oração e acção

75. Ao Onnipotente deve subir, fervorosa, a oração de todos, para que a humanidade, tomando consciência de tão grandes males, se aplique com inteligência e firmeza a eliminá-los. A esta oração deve corresponder o empenhamento resolutivo de cada um, de acordo com as suas forças e possibilidades, na luta contra o subdesenvolvimento. Possam as pessoas, os grupos sociais e as nações dar-se as mãos fraternalmente, o forte ajudando o fraco a crescer, com toda a sua competência, o seu entusiasmo e o seu amor desinteressado. Mais do que ninguém, aquele que está animado de verdadeira caridade é engenhoso em descobrir as causas da miséria, encontrar os meios de a combater e vencê-la resolutamente. Fautor de paz, «prossequirá o seu caminho, ateando a alegria, a luz e a graça no coração dos homens, por toda a terra, levando-os a descobrir,

⁶⁰ Cf. Encíclica *Fidei Donum*, 21 de Abril 1957, AAS 49 (1957), p. 246.

⁶¹ *Mateus*, XXV, 35-36.

⁶² *Marc.*, VIII, 2.

por sobre todas as fronteiras, rostos de irmãos, rostos de amigos»⁶³.

Desenvolvimento é o novo nome da paz

76. As excessivas disparidades económicas, sociais e culturais entre os povos suscitam tensões e discórdias, e põem a paz em perigo. Como dizíamos aos Padres conciliares, no regresso da Nossa viagem de paz à O.N.U., «a condição das populações em vias de desenvolvimento deve ser objecto da nossa atenção, ou melhor: a nossa caridade para com os pobres do Mundo — e eles são legiões imensas — deve tornar-se mais atenta, mais activa, mais generosa»⁶⁴. Combater a miséria e lutar contra a injustiça é promover, com o bem-estar, o progresso humano e espiritual de todos e, portanto, o bem-comum da humanidade. A paz não se reduz a uma ausência de guerra, fruto do equilíbrio sempre precário das forças. Edifica-se, dia a dia, mediante a busca de uma ordem desejada por Deus, que implica mais perfeita justiça entre os homens⁶⁵.

Sair do isolamento

77. Os povos são os obreiros e os primeiros responsáveis do seu próprio desenvolvimento. Mas não o poderão realizar no isolamento. Acordos regionais entre os povos fracos a fim de se apoiarem mutuamente, tratados mais amplos para lhes levar ajuda, convenções mais ambiciosas, entre uns e outros, para se estabelecerem programas comuns — eis outras tantas fases deste caminho do desenvolvimento que leva à paz.

Para uma autoridade mundial eficaz

78. Esta colaboração internacional de vocação mundial, requer instituições que a preparem, coordenem e rejam, até se constituir uma ordem jurídica universalmente reconhecida. De todo o coração, encorajamos as organizações que têm a seu cargo esta colaboração no desenvolvimento e desejamos que a sua autoridade cresça. «A vossa vocação, dizíamos aos representantes das Nações Unidas em Nova Iorque, é a de levardes a fraternizar, não alguns só, mas todos os povos (...). Quem não vê a necessidade de se chegar assim, progressivamente, à instauração duma autoridade

⁶³ Alocução de João XXIII, por ocasião da entrega do Prémio Balzan em 10 de Maio 1963, AAS 55 (1963), p. 455.

⁶⁴ AAS 57 (1965), p. 896.

⁶⁵ Cf. Encíclica *Pacem in Terris*, 11 de Abril 1963, AAS 55 (1963), p. 301.

mundial, em condições de agir eficazmente no plano jurídico e político?»⁶⁶.

Fundada esperança num mundo melhor

79. Alguns julgarão utópicas estas esperanças. Pode ser que o seu realismo seja insuficiente e que não se tenham apercebido do dinamismo de um mundo que quer viver mais fraternalmente e que — apesar das suas ignorâncias, dos seus erros e mesmo dos seus pecados, das suas recaídas na barbárie e dos seus longos desvios para fora do caminho da salvação — se aproxima lentamente, ainda que desse facto se não dê conta, do seu Criador. Demanda esforço e sacrifício este caminho para mais humanidade; mas o próprio sofrimento, aceite por amor dos nossos irmãos, é portador de progresso para toda a família humana. Os cristãos sabem que a união ao sacrifício do Salvador contribui para a edificação do Corpo de Cristo na sua plenitude: o povo de Deus reunido⁶⁷.

Solidariedade colectiva

80. Nesta marcha, somos todos solidários. A todos, quisemos lembrar a amplitude do drama e a urgência da obra a realizar. Soou a hora da acção: estão em jogo a sobrevivência de inúmeras crianças inocentes, o acesso de um grande número de famílias infelizes a uma condição verdadeiramente humana, a paz do Mundo e o futuro da civilização. Que todos os homens e todos os povos assumam as suas responsabilidades.

APELO FINAL

Aos católicos

81. Exortamos primeiramente todos os Nossos filhos. Nos países em vias de desenvolvimento, como nos demais, os leigos devem assumir como tarefa própria a renovação da ordem temporal. Se o papel da Hierarquia consiste em ensinar e interpretar autenticamente os princípios morais aplicáveis neste domínio, pertence aos leigos, por suas livres iniciativas e sem esperar passivamente ordens e directrizes, introduzir espírito cristão na mentalidade e nos costumes, nas leis e nas estruturas das suas comunidades de vida⁶⁸. São necessárias transformações, são indispensáveis reformas profundas: devem eles esforçar-se decididamente por insuflar-lhes espírito evangélico. Aos nossos filhos católicos dos países mais

⁶⁶ AAS 57 (1965), p. 880.

⁶⁷ Cf. *Efésios* IV, 12; *Lumen Gentium*, n.º 13.

⁶⁸ Cf. *Apostolicam Actuositatem*, n.º 7, 13 e 24.

favorecidos, pedimos o contributo da sua competência e da sua activa participação nas organizações oficiais ou particulares, civis ou religiosas, empenhadas em vencer as dificuldades das nações em vias de desenvolvimento. Seguramente, terão a peito figurar na primeira linha dos que trabalham por estabelecer, nos factos, uma moral internacional de justiça e de equidade.

Aos outros cristãos e crentes

82. Não duvidamos de que todos os cristãos, irmãos nossos, hão-de querer intensificar o seu esforço comum e concertado, a fim de ajudar o mundo a triunfar do egoísmo, do orgulho e das rivalidades, a superar as ambições e as injustiças, a abrir a todos o acesso a uma vida mais humana, onde cada um seja amado e ajudado como próximo, como irmão. E, comovido ainda pelo Nosso inesquecível encontro, em Bombaim, com os nossos irmãos não-cristãos, novamente os convidamos a trabalharem, de todo o coração e com toda a sua inteligência, para que todos os filhos dos homens possam ter uma vida que seja digna dos filhos de Deus.

Aos homens de boa vontade

83. Por fim, voltamo-Nos para todos os homens de boa vontade, conscientes de que o caminho da paz passa pelo desenvolvimento. Delegados às instituições internacionais, homens de Estado, publicistas, educadores: todos, cada um no vosso posto, sois os construtores de um mundo novo. Suplicamos a Deus Todo-Poderoso que esclareça a vossa inteligência e fortifique a vossa coragem para alertar a opinião pública e despertar os povos. Educadores, compete-vos suscitar, desde a infância, o amor para com os povos que sofrem. Publicistas, cabe-vos pôr diante dos nossos olhos os esforços feitos para promover a ajuda mútua entre os povos, assim como o espectáculo das misérias que os homens tendem a esquecer para tranquilizarem as suas consciências: que ao menos os ricos saibam que os pobres estão à sua porta e espreitam os sobejos dos seus festins.

Aos homens de Estado

84. Homens de Estado: incumbe-vos mobilizar as vossas comunidades para uma solidariedade mundial mais eficaz e, sobretudo, levá-las a aceitar os sacrifícios necessários do seu luxo e dos seus desperdícios, a fim de promover o desenvolvimento e salvar a paz. Delegados às organizações internacionais, de vós depende que os perigosos e estéreis enfrentamentos de poderio dêem lugar à colaboração amigável, pacífica e desinteressada, em favor de um desen-

volvimento solidário da humanidade, através do qual todos os homens possam crescer.

Aos sábios

85. E se é verdade que o mundo sofre por falta de pensamento, Nós convocamos os pensadores e os sábios — os católicos, os cristãos, os que veneram Deus, os sedentos de absoluto, de justiça e de verdade: todos os homens de boa vontade. Tal como Cristo, ousamos dizer-vos instantemente: «buscai e encontrareis»⁶⁹; abri os caminhos que levam, pelo auxílio mútuo, a um aprofundamento do saber, a um alargamento dos afectos, a uma vida mais fraterna numa comunidade humana verdadeiramente universal.

A todos

86. Vós todos os que ouvistes o apelo dos povos sofredores, vós que procurais responder-lhes, vós sois os apóstolos do bom e verdadeiro desenvolvimento, que não é a riqueza egoísta e amada em si mesma, mas a economia ao serviço do homem, o pão quotidiano distribuído a todos, como fonte de fraternidade e sinal da Providência.

Bênção final

87. De todo o coração, Nós vos abençoamos, chamando todos os homens de boa vontade a juntarem-se a vós fraternalmente. Porque, se o desenvolvimento é o novo nome da paz, quem não há-de querer trabalhar para ele com todas as suas forças? Sim, a todos convidamos a responderem ao nosso grito de angústia, em nome do Senhor.

⁶⁹ *Luc. XI, 9.*